



Artigo

(Des)encontros da extensão universitária com a educação popular na Universidade Federal de São Carlos

Encounters and mismatches of university extension with popular education at the Federal University of São Carlos

Ana Luiza Salgado Cunha^{*1}, Aida Victoria Garcia Montrone^{2}, Glauber Barros Alves Costa^{***3}**

^{*}Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista-BA, ^{**}Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos-SP, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Caetité-BA, Brasil

Resumo

Este artigo objetiva descrever e compreender experiências extensionistas e seus (des)encontros com a Educação Popular numa Universidade pública, sob a ótica de coordenadoras(es) de projetos extensionistas. Constituiu-se de uma pesquisa de cunho qualitativo-descritivo, para a qual utilizamos revisão documental e bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas. Dialogamos com coordenadoras(es) por meio de entrevistas analisadas pela Análise de Conteúdo. Um dos mais expressivos resultados obtidos foi a constatação de que experiência na Extensão Universitária pode promover espaços formativos na Universidade. Ainda, os resultados apontam uma complexidade de definições de Extensão, resultado do processo histórico-social e indicam a Educação Popular como práxis educativa que legitima saberes do povo. Foi possível apreender processos educativos consolidados nas práxis extensionistas, como a busca por outras concepções de mundo, de saber e de viver, bem como a resistência dentro de uma lógica universitária dominante, problematizando para que(m) serve a Universidade.

Abstract

This article aims to describe and understand extension experiences and their (dis) encounters with Popular Education in a public University, from the perspective of extension project coordinators. It consisted of a qualitative-descriptive research, in which we used documentary and bibliographic review and semi-structured interviews. We dialogue with coordinators (s) in the form of interviews, analyzed by Content Analysis. One of the most significant results obtained was the fact that experience in University Extension can promote formative spaces at the University. Still, the results indicate a complexity of definitions of Extension, result of the historical-social process and; indicate

¹ Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação, ORCID iD: 0000-0002-9244-130X E-mail: ana.luiza@uesb.edu.br

² Professora associada da Universidade Federal de São Carlos no Departamento de Metodologia de Ensino, atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa "Práticas Sociais e Processos Educativos". ORCID iD: 0000-0002-1954-4679 E-mail: montroneufscar@gmail.com

³ Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia, geógrafo e pedagogo ORCID: 0000-0003-4368-2964 - e-mail: glauberbarros@hotmail.com

Popular Education as educational praxis that legitimizes people's knowledge. It was possible to apprehend educational processes consolidated in extensionist praxis, such as the search for other conceptions of the world, of knowing and living, as well as the resistance within dominant university logic, problematizing what the University is for.

Palavras-chave: Processos educativos, Extensão universitária, Educação popular.

Keywords: Educational processes, University extension, Popular education.

Introdução

Este artigo se insere num estudo sobre Extensão Universitária e suas aproximações com a Educação Popular fruto de uma tese de doutoramento (CUNHA, 2013), tendo como objetivo descrever e compreender processos educativos oriundos dessas experiências, procurando compreender como essas podem ser potencializadoras na construção de conhecimentos. A problemática que nos envolve parte da compreensão de um campo amplamente disputado, entendendo as iniciativas de Extensão Universitária como formas de construir outras possibilidades de saberes. Nesta linha de reflexão, compreendemos que os grupos de Extensão Universitária e seus (des)encontros com a Educação Popular tornam-se movimentos de resistência ao desperdício de experiências sociais⁴.

Nos posicionamos epistemologicamente de forma a considerar como práticas educativas aquelas práticas sociais que vão para além do sistema educacional, evidenciando assim que conhecimentos também são construídos em práticas sociais não escolares, como no caso, nos cotidianos de projetos de Extensão Universitária. Assim, por meio da revisão de literatura relativa à temática, argumentamos sobre a relevância de tomarmos a Extensão Universitária, em seus (des)encontros com a Educação Popular, enquanto prática social conformadora de modos de ser, estar, conhecer e educar. Realizamos uma reconstituição histórica acerca da Universidade e da Educação Popular e buscamos problematizar o conceito de Práticas Sociais e Processos Educativos, buscando compreender as estratégias de existir e conhecer. Trabalhamos com categorias temáticas e, por fim, tecemos considerações acerca das práticas sociais extensionistas e suas relações na Universidade.

Partimos do pressuposto de que o envolvimento em projetos de Extensão Universitária possibilita o redimensionamento de concepções epistemológicas e sociais, potencializa a capacidade de reflexão e orienta a construção de processos educativos universitários para além das salas de aula.

⁴ Segundo Boaventura de Sousa Santos (2001), o conhecimento científico vem do senso comum, distancia-se para aprender e depois volta a ele para o educar, para o ensinar, existindo assim uma relação dialética entre os dois. Porém, dominante, o conhecimento científico é caracterizado como sistemático, metódico e se distancia, minimizando o senso comum, rompendo com ele para ser afirmar único epistemologicamente, o que caracteriza então como desperdício de experiências sociais.

Fundamentos metodológicos: caminhos e procedimentos

A pesquisa é um estudo qualitativo, de caráter descritivo, voltado aos processos educativos oriundos de projetos de Extensão Universitária. A pesquisa qualitativa se justifica porque “trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (MINAYO, 1994, p. 21). Foi realizada na cidade de São Carlos, em São Paulo, em etapas complementares: pesquisa bibliográfica e documental; mapeamento dos projetos e programas de extensão da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) em 2016; entrevistas semiestruturadas com Coordenadores(as) dos projetos selecionados; análise de conteúdo dos dados e; compartilhamento dos dados. Na pesquisa bibliográfica e documental realizamos uma revisão do estado do conhecimento de três temáticas centrais: Universidade, Extensão Universitária e Educação Popular, buscando compreender o histórico, conceitos e desdobramentos destas na história da educação no Brasil. No mapeamento, buscamos conhecer e compreender o perfil da Extensão Universitária na UFSCar no ano de 2016, procurando possíveis aproximações com a Educação Popular e, dali, encontramos as(os) coordenadoras(es) para as entrevistas. Realizamos entrevistas semi-estruturadas com 10 coordenadoras(es), por meio das quais pudemos conhecer processos educativos em experiências extensionistas, compreendendo o pertencimento dos sujeitos-participantes, rastreando seus caminhos, organizações, redes e territórios vigentes no engajamento em Projetos de Extensão Universitária. Os dados das entrevistas foram organizados, selecionados e analisados por meio da análise de conteúdo, buscando entrelaçar questões, focando as opiniões e valorizando as diferenças como elementos de estímulo à reflexão. A análise de conteúdo é uma modalidade de interpretação usada para extrair significados da comunicação em unidades temáticas e codificá-las em categorias que permitam o estabelecimento de inferências, identificando características da mensagem, sentidos e significados (BARDIN, 1977).

Universidade, extensão universitária e educação popular

A construção deste estudo envolve três temáticas fundamentais: aspectos históricos da Universidade e a paralela história da Extensão Universitária; os paradigmas emergentes sob a ótica da construção do conhecimento e; Educação Popular. Ao pesquisarmos historicamente os caminhos trilhados pelo ensino superior brasileiro, é possível enxergarmos a Extensão Universitária em diferentes momentos. A polissemia é encontrada e nos deparamos, ao longo da História da Educação no Brasil, com variáveis concernentes à construção de conceitos, definições e práticas extensionistas, apresentando-nos o conceito da Extensão em permanente construção (SOUSA, 2010).

A presença, ou a ausência, da Extensão Universitária é reflexo de cada momento histórico condicionado por influências sociais, econômicas e políticas, o que nos leva à necessidade de conhecer mais sobre a Universidade e os seus processos de constituição, tendo em vista que não nos é possível compreender os papéis da Extensão Universitária sem conhecermos o papel (ou papéis) atribuídos à própria Universidade brasileira no decorrer da história.

Instituição social, a Universidade é também política e cultural e, como tal,

posiciona-se criticamente como parte do tecido social, o que nos faz perceber, em sua história, uma permanente tensão, conflito de interesses. Se em muitos momentos a Universidade aparece como espaço neoliberal que privilegia a pesquisa e forma recursos humanos para atender ao mercado de trabalho, em outros momentos, a Universidade ganha face emancipadora, como espaço de múltiplos pensamentos e formações plurais, ganhando espaço como lugar de transformação social (TUTTMAN, 2004). O consenso sobre os conceitos de Universidade e Extensão Universitária é inexistente, e as dificuldades de constituição de uma concepção teórica única produzem práticas das mais diversas: ora busca-se a superação de si mesma, pela prática, servindo como instrumento articulador, ora instrumento de interesses hegemônicos. Na compreensão da trajetória histórica da Extensão Universitária, com foco em seu surgimento e desenvolvimento no Brasil, é inevitável que a história da Universidade seja contada junto, já que, como uma de suas funções, nasceu a Extensão em polissemias e polifonias⁵ que permanecem nos dias atuais.

Ainda, ao dizer do lugar de onde pisamos⁶, trazemos a concepção de que a Educação Popular nasceu de lutas na América Latina e se expandiu mundo afora, tendo como motor a busca por justiça social e a reflexão sobre as condições sociais, políticas, econômicas e cognitivas dos sujeitos oprimidos. O marco da Educação Popular no Brasil tem início nos anos de 1960, enquanto pensamento emergente, alimentando lutas populares em diversos setores do país, tendo Paulo Freire como um dos pioneiros de sua sistematização teórica. Com origem nas políticas de alfabetização de adultos no Brasil, a Educação Popular se espalhou rapidamente por toda a América Latina. Neste estudo partimos da concepção de Educação Popular como um trabalho pedagógico multivariado, com sentido social, realizado por setores da sociedade civil dentro e fora das instituições escolares, a partir das classes oprimidas, e com elas, enquanto instrumento cultural de transformação social.

Quando nos comprometemos com a práxis da Educação Popular nos comprometemos radicalmente com práticas educativas emancipatórias, através das quais todos os sujeitos se enveredam por uma luta política coletiva que tem na participação popular o seu grande potencial. Tal comprometimento exige um pensar e um fazer comprometidos, pois, na Educação Popular, o fazer em si já diz muito sobre o que se faz, bem como “para quê” e “para quem” se faz (DARON, 2011).

Por meio da Educação, sobretudo a Popular, os sujeitos, ao se descobrirem oprimidos, ganham possibilidade de lutar contra a opressão, na tentativa de superar não só a contradição entre opressor-oprimido, mas também de superar e transformar a realidade opressora. Assim, a temática de Extensão Universitária aliada à Educação Popular, surge como instrumento de reflexão-ação sobre a transformação da realidade que, por ora, nos condiciona (FREIRE, 1997).

⁵ Polifonia é uma palavra que vem do grego e que significa “muitas vozes”. Na linguística, polifonia é, segundo Mikhail Bakhtin (BEZERRA, 2005), a presença de outros textos dentro de um texto, tendo como principal propriedade a diversidade de vozes controversas no interior de um texto. Significa multiplicidade de sons, neste caso, de vozes.

⁶ Dizemos de onde pisamos, pois é de onde parte nosso pensamento. Porém, compreendemos que há bem mais que isso: no Oriente, talvez, e no Ocidente, na própria América e em seus outros continentes tão vastos e ricos de história e memória. Toda vida importa, toda existência deve ser considerada.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar (FREIRE, 1997, p.44).

A Educação é um processo por meio do qual as pessoas podem ir se conscientizando e, a recíproca é verdadeira na mesma força e intensidade, já que “educar-se, pois, é conscientizar e conscientizar equivale a buscar essa plenitude da condição humana” (FIORI, 2014, p. 55). Se consciência é, então, existência, dialogar com Fiori nos permite a aproximação com nossos sujeitos de pesquisa que, ao tomarem consciência de suas condições de opressão, bem como de suas possibilidades políticas, culturais e cognoscentes têm a oportunidade de se libertarem. Fiori (2014, p. 55) ainda ressalta que “o homem não pode libertar-se caso ele mesmo não protagonize sua história ou se não toma sua existência em suas mãos. Isso conduz a dinâmica da conscientização”.

Na tentativa de compreender a historicidade da Extensão Universitária brasileira, encontramos tensionamentos políticos, cujo resultado foi o da consolidação de tipos diferentes de concepções e de práticas de extensão, organizadas e instrumentalizadas de acordo com projetos de sociedade vigentes, nos quais a relação Universidade/comunidade ocupava um lugar singular e estratégico. Pudemos identificar o envolvimento de sujeitos políticos variados, como grupos sociais, movimentos sociais, comunidades, governos, instituições públicas e privadas, movimentos estudantis, dentre outros (FAGUNDES, 1985; GURGEL, 1986; CASTRO, 2004; SOUSA, 2010).

São muitos os projetos de sociedade e de Universidade e múltiplas são as Extensões Universitárias que nelas são tecidas. Há Extensão assistencialista, mercantilista e há a popular, sendo esta última uma possibilidade de enfrentar as estruturas de opressão e de cultivar relações de solidariedade como força de transformação. Nossa compreensão é a da Extensão Universitária aliada à Educação Popular como possível paradigma transformador, revolucionário, anúncio de transformação.

Vivemos numa sociedade desigual cultural e socialmente, nela há uma política dominante que trabalha para justificar o *status quo* vigente que explora nossos territórios e nos faz viver a colonialidade moderna, mais profunda e duradoura, que nos torna subalternos, dependentes e alienados em nossa condição. No ideal de Transmodernidade, proposto por Dussel (2005), a Educação Popular é um caminho na contracorrente, com foco na dignidade humana e contra opressão, descolonizando o conhecimento e aprendendo a olhar o mundo de onde partem nossos pés.

Nos estudos sobre a Transmodernidade aprendemos sobre linhas cartográficas abissais que levam à injustiça social e cognitiva, um pensamento abissal que consiste num organizado sistema de distinções visíveis e invisíveis, onde um lado da linha fundamenta o outro, dividindo a realidade, e fazendo de um lado uma linha hegemônica e do outro uma linha dos não existentes sobre nenhum aspecto compreensível ao dominante (SANTOS 2010). Abaixo, trazemos a representação de um modelo de exclusão radical:

Figura 1 – Modelo de exclusão baseado no binômio totalidade/exterioridade.



Fonte: Construído pelas pesquisadoras com base nas leituras de Dussel (1993), Araújo-Olivera (2014) e Santos (2010).

A figura acima foi feita com base num diálogo, feito por nós, entre os estudos de Araújo-Olivera, Santos e Dussel, este último que trata a Modernidade homogeneizada pela centralidade europeia, dando caráter de periferia a tudo aquilo que foge a sua racionalidade determinada. Ao colonizar, a Europa não descobriu o outro como outro, o encobriu, colonizando-o em sua alteridade, com uma justificativa desenvolvimentista, o que favoreceu um processo de justificação irracional para situação de violência e opressão como formas de dominação (DUSSEL, 1993).

Araújo-Olivera (2014), inspirada em Dussel, traz-nos a Totalidade como sistema autocentrado, ordem moral e ontológica que joga para Exterioridade tudo aquilo que não lhe contempla. Assim, fica a Totalidade sendo a razão dominadora, que dá ordem ao sistema de dominação e exploração mundial, enquanto fora dela, nascem brechas pela resistência, a Exterioridade.

Na Figura 1, relacionamos o sistema Totalidade/Exterioridade apresentado por Dussel (2003) ao debate que traz Santos (2010) sobre a linha abissal que separa o Norte e o Sul. Para além dos limites geográficos, passamos a compreender que o Norte é a Totalidade e o Sul a Exterioridade, divisão abissal que inaugura um fascismo social, uma lógica excludente legitimada por um discurso monocultural e opressor. É nesta relação entre Norte e Sul, entre Totalidade e Exterioridade que se pauta, e sustenta, um sistema que produz distinções entre o Ser e o Não-Ser, através de estratégias como propriedade, apropriação, violência, opressão e dominação (ARAÚJO-OLIVERA, 2014).

Pautamo-nos num pensamento pós-abissal, a fim de combater o fascismo social estruturado pela Totalidade, lutando contra a exclusão social, confrontando a monocultura da ciência moderna e trazendo a ideia do conhecimento como interconhecimento, e temos como base Santos (2010), que propõe a Ecologia de Saberes como contra-epistemologia que possibilita o diálogo entre múltiplos saberes, sustentando práticas e sujeitos sociais.

O domínio da existência humana estaria conformado justamente pela dialética entre determinação e liberdade: Homens e mulheres, podendo romper esta aderência [própria dos animais] e ir mais além do mero estar no mundo, acrescentam à vida que têm a existência que criam. Existir é, assim, um modo de vida que é próprio ao ser capaz de transformar, de produzir, de decidir, de criar, de recriar, de comunicar-se. Enquanto o ser que simplesmente vive não é capaz de refletir sobre si mesmo e saber-se vivendo no mundo, o sujeito existente reflete sobre sua vida, no domínio mesmo da existência e se pergunta em torno de suas relações com o mundo. O domínio da existência é o domínio do trabalho, da cultura, da história, dos valores – domínio em que os seres humanos experimentam a dialética entre determinação e liberdade (FREIRE, 1982, p.53).

A libertação é o que fundamenta o projeto transmoderno, proposto por Dussel (2005), que evidencia aspectos para além das estruturas legitimadas pela cultura moderna dominante, ou seja, fundamentado na utopia de um mundo pensado e vivido para além da Europa e da América do Norte, trazendo a América Latina e seus sistemas culturais para o centro.

À interpretação da realidade à luz da Exterioridade para compreender outros horizontes do mundo coloca o Outro como critério, como ressalta Dussel (2001), buscando desmistificar a falsa oposição entre construção de conhecimentos científicos e compromisso social, aproximando-se fortemente da Educação Popular. Entendemos ciência e justiça social como aliadas, e que o fato de não serem postas juntas é um artifício opressor para encobrir seus processos de opressão e dominação vigente. Nesse sentido,

É preciso querer situar-se a partir das vítimas, as que não podem viver, para ter um ponto arquimétrico 'exterior' ao sistema dominante, e poder exercer uma crítica ética, que com a comunidade das vítimas cria novas consensualidades e estabeleça uma luta pelo reconhecimento que vai além do 'sistema vigente': práxis de libertação das vítimas (DUSSEL, 2001, p. 126).

Na perspectiva de um mundo pensado a partir da Exterioridade, há um desafio que nos acompanha. O desafio? Vem do retorno a uma pergunta aparentemente simples: o que é Universidade? Para além, não apenas o que é Universidade, e sim, de que Universidade estamos falando neste ensaio.

Para nós, a Universidade é uma instituição social, política e cultural e, como tal, tem forte papel crítico como parte do tecido social. O que entendemos como Universidade e o que queremos é uma Universidade crítica e reflexiva, inventiva e criadora, democrática e democratizante. Enquanto o tempo do poder é urgente e imediato, o do saber, diferente do primeiro, é cauteloso e demorado. Submeter um ao tempo do outro é sempre complexo, pois tudo é contextual, cultural e político e é papel fundamental da Universidade criar democraticamente epistemologias, socializar e dialogar na luta por justiça cognitiva, econômica e social. Nesse sentido, vemos a Educação Popular como eixo potente na Universidade que queremos e a Extensão Universitária como elo entre ambas. Como prática educativa comprometida com a transformação de relações sociais e

políticas, construída como a história de uma prática de denúncia de realidades opressoras – coloniais e colonialistas - associada ao anúncio de outros mundos possíveis (MEJÍA, 2018).

Extensão universitária e (des)encontros com a educação popular

A análise das narrativas construídas em cada entrevista trouxe à tona quatro categorias temáticas marcantes nas falas: pertencimento e envolvimento-subjetividade e práxis; Extensão Universitária: um conceito em construção; prática social extensionista e os processos educativos que dela emergem e; Educação Popular: extensão como práxis de (a)gentes de transformação. Antes da apresentação e discussão de cada categoria temática trabalhada, apresentamos brevemente o perfil das(os) colaboradoras(es), parceiras(os) na construção deste estudo. Feito isto, trabalharemos suas falas por categoria e, como critério acordado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, não usaremos diretamente seus nomes e sim nomes fictícios⁷. Das(os) dez (10) colaboradoras(es), sete (7) são mulheres e três (3) são homens, abaixo segue o perfil geral:

Quadro 1 – Perfil das(os) colaboradoras(es) da pesquisa

Nome Fictício	Formação	Temática do Trabalho em Extensão Universitária
Fred	Ciências Econômicas	Economia Solidária
Bárbara	Arquitetura e Urbanismo	Habitação Social e Banco comunitário
Ramon	Engenharia Elétrica	Sustentabilidade na construção civil
Esther	Física	Valorização de saberes indígenas
Léo	Medicina Veterinária	Sociologia urbana e desigualdade
France	Psicologia	Feira de Economia Solidária
Odete	Enfermagem	Práticas Populares de Educação e Saúde.
Sara	Terapia Ocupacional	Espaço urbano e sociabilidade juvenil
Beatriz	Pedagogia	Educação prisional e ressocialização
Lana	Educação Física	Dança Circular Sagrada e percepção do mundo e de si mesmo

Fonte: produzido pela própria pesquisadora com dados da pesquisa.

A – Pertencimento e envolvimento – subjetividade e práxis

A primeira parte das entrevistas foi direcionada para que as(os) colaboradoras(es) contassem sobre sua formação profissional e sobre os caminhos de engajamento e trabalho com projetos de Extensão Universitária. Além de descrevermos o perfil geral dos atores e atrizes desta pesquisa, encontramos temas centrais presentes em suas falas. Tais temas envolvem a

⁷ Todos os colaboradores e colaboradoras foram convidados, via e-mail, a escolherem os nomes que seriam designados a si mesmos no texto, alguns responderam e a escolha foi respeitada, aos que não responderam, foram atribuídos por mim nomes de ex-professores e ex-professoras que tive ao longo da vida e que foram marcantes em minha jornada até aqui.

coletividade como marca das práxis de Extensão e a importância do estabelecimento de parcerias. Nesta categoria, há a marcação do posicionamento ético-político das(os) colaboradoras(es).

Esta categoria foi assim então aglutinada por compor falas que envolvem diretamente os motivos de suas inserções em projetos de Extensão Universitária bem como o progressivo envolvimento nos projetos e os impactos deste envolvimento em suas carreiras profissionais. Assim, nesta categoria passamos pelo campo subjetivo dos participantes bem como pelo impacto de suas práxis em sua subjetividade bem como da subjetividade na trajetória de suas práxis. Ao se apresentarem, estes colaboradores demarcam quem são, sobre o que falam e do lugar de onde falam, assumindo a identidade dos grupos de Extensão Universitária nos quais estão envolvidos/as, entendendo que a participação de cada um tem como raiz o lugar do qual faz parte e dos diferentes projetos de Extensão Universitária. Os projetos apresentam-se aliados às concepções e aos tensionamentos históricos que marcam a pluralidade da Extensão Universitária. Uma estratégia usada na narrativa dos colaboradores e das colaboradoras foi dizer como eles se diferenciavam dos projetos de extensão em geral, principalmente em suas áreas de formação. Ao que parece, nos próprios grupos de Extensão, enquanto espaços pedagógicos, é valorizado o desenvolvimento da atitude de posicionamento ético e político de compromisso. Ao invés de se aterem à apresentação individual, em unanimidade procuravam demarcar seus lugares de origem nos grupos de extensão nos quais participaram e o porquê de com eles se envolverem. Diante da solicitação de apresentação, a resposta foi de afirmação da identidade de pertencimento, o que evidenciou a qual projeto social e a qual concepção de Extensão cada um/a deles/as estava vinculado(a). Esse tipo de atitude e de narrativa pode ser analisado como prática construída e cultivada nos grupos e nos trabalhos de Extensão que têm como eixo a formação de um compromisso político e social dos extensionistas com as comunidades em que atuam. A aprendizagem experiencial implica num conhecimento orientado pela observação e pela interpretação das interações sociais (JOSSO, 2004). A perspectiva trazida é sempre de um trabalho coletivo, como conta Beatriz:

Educárceles, nosso grupo de pesquisa, junto com meus orientandos de mestrado e doutorado, a gente planeja juntos, desenvolve juntos e que agora nós estamos finalizando algumas ações e já delineando as do próximo ano, sempre nessa sequência, de trabalhar o que foi feito, ver que do desdobramento dela já aparece uma outra e aí a gente vai para próxima, né? A gente tem que entender que são os espaços educativos. Se todos os espaços educam, esses espaços também educam, educam muito. E aí entramos em toda uma discussão sobre segurança e a educação se educar é punir, se punir é educar (Beatriz.).

É notável que a prática de Extensão possibilita aos envolvidos uma noção de pertencimento social no seu processo formativo, apesar das diferenças ideológicas entre concepções de relação de universidade/sociedade. Ao criar uma dimensão coletiva do trabalho de Extensão, constroem uma identidade de grupo que remete ao comprometimento com os projetos nos quais estão envolvidos e tecem suas experiências. Entendemos que essa dimensão de pertencimento, ou de identidade grupal, se dá no processo de realização das atividades de Extensão

e não anteriormente, já que o modo como relatam sobre a entrada nos trabalhos de Extensão configura-se com fortes determinações externas, como procura de sentido ao trabalho e perspectivas alternativas de mundo, com implicação afetiva na atividade de Extensão.

Os/as colaboradores/as nos mostraram que entendem seu o aprendizado na Extensão Universitária. À luz da Educação Popular foram construindo, primeiramente, um aprendizado prático para depois aprimorarem as vivências e experiências. Trazem fortemente a aliança entre saberes práticos, teóricos e políticos-articulatórios. Sob o panorama teórico-metodológico, ou seja, as formas de trabalho dos projetos coordenados por nossos/as colaboradores/as, temos inicialmente a forte marcação do diálogo como estratégia nas práxis da Extensão Universitária. Como a colaboradora Sara nos conta, seu trabalho parte das praças como espaços potentes para encontros, territorialidades e sociabilidade juvenil, onde se formam e se retomam elos de redes de suporte social e pessoal por meio da troca de experiências. Como nos contou uma das colaboradoras:

A gente convidou um dos grupos que era do Gonzaga, de Umbanda, para darem uma aula, a mãe de santo veio e uma pessoa falou: “olha, eu acho que uma prática tem mais vivência, porque falar é uma coisa, a pessoa viver é outra, então eu acho que a gente tem que fazer mais vivência”. Então fomos pensar a metodologia para essas vivências e no encontro de práticas populares, que era uma coisa que eu já vinha criticando nas tendas do Paulo Freire, tínhamos as rodas de conversa e tínhamos o espaço de cuidados e quem ficava no espaço de cuidados não era problematizador das rodas de conversa, é quem pensa e é quem faz. Então a gente fez mesas em que as pessoas das práticas vinham, falavam das práticas e depois havia uma vivência dessa prática, aí no encontro a gente fez um falar e fazer, vivenciar, e virou um espaço, virou uma atividade de reflexão e vivência, também de formação (Odete).

O que vemos nesta categoria são noções acerca de suas trajetórias, atividades e espaços de atuação, bem como noções de subjetivação e pertencimento, entendendo que todo processo de transformação passa pelo processo de singularização. Por meio das falas, foi possível compreender os modos como a Extensão Universitária com aproximações da Educação Popular foi entrando em suas vidas profissionais e como foi impactando e impacta em seus trabalhos. Por ser a Extensão Universitária sempre coletiva, vemos que a experiência e a subjetividade são também constituídas coletivamente.

B- Extensão Universitária – um conceito em construção

A universidade é uma das instituições sociais que acompanhou o processo de complexificação da sociedade contemporânea e tornou-se, hoje, instituição fundamental na mediação entre a ciência e a sociedade. A complexidade que lhe é atribuída é resultado do processo histórico-social que vivemos, o que lhe dá caráter plural e funções múltiplas. Sua pluralidade de modelos e diversidade de ações deu a ela, também, uma gama variada de funções, das quais destacamos a Extensão Universitária, marcadamente polissêmica, com diferentes perspectivas históricas e políticas. Especificamente, esta categoria abarca falas de nossas

colaboradoras e nossos colaboradores acerca dos sentidos e significados da Extensão Universitária sob a ótica de seus projetos, bem como sob a ótica de cada um deles e delas, no sentido de como compreendem conceitualmente a Extensão Universitária. As plurais concepções apresentadas pelas entrevistas nos mostram o amplo universo de possibilidades de conceituação e práxis.

A Universidade é uma instituição social, política e cultural e, como ressalta Malvina Tuttman (2004), nela encontramos o espaço para o fortalecimento do neoliberalismo, tecnicismo e vinculação ao mercado, na mesma medida que encontramos espaço para o crescimento e a consolidação de conhecimentos alicerçados nas experiências sociais e a emancipação do povo. O consenso é inexistente, e as dificuldades de constituição de uma concepção teórica única produzem práticas extensionistas das mais diversas.

Quanto às concepções de Extensão Universitária, estas, primeiramente, trazem a ideia de que podem mudar o *lócus* de produção e sistematização de conhecimento na Universidade, compreendendo-se como “espaço” que encontra um saber que ainda não foi “decodificado” pela linguagem acadêmica e que este, através da Extensão Universitária, poderá ser dialogado e interpretado em códigos diversos por meio de um aprendizado mútuo. Como nos conta Fred:

(...) uma sistematização de experiências, que você vai tentar traduzir para a linguagem acadêmica que vai ser interpretada pelas pessoas que participam do projeto e não são universitárias, para outro código que faça sentido. Então acaba acontecendo um aprendizado dos dois lados. Você enquanto acadêmico, consegue entender muitas questões, ressignificar muito daquela teoria, a partir do cotidiano junto com o público que não tem nenhuma daquelas referências e elas acabam sendo mais conhecidas do público, sem a necessidade de colocar naquela caixinha de referência. Você acaba produzindo junto com as pessoas, um outro tipo de conhecimento. O projeto de extensão é um jeito de produzir conhecimento menos hermético, que não está no laboratório, na biblioteca, está por aí. (Fred).

Para nossos(as) colaboradores(as), a Extensão Universitária é ação na realidade social com a perspectiva de transformação das pessoas, a fim de mudar a realidade para melhor, trazendo a compreensão da Extensão como função social da Universidade. O que podemos ir percebendo é que o conceito de Extensão Universitária perpassa questões históricas, políticas e ideológicas, havendo sempre intencionalidades marcadas em dizer que Extensão se faz, como se faz e os motivos de fazê-la. Isso incide na necessária compreensão da relação entre universidade, produção de conhecimento e a Extensão como abertura da Universidade e também movimento da mesma. Ao longo das entrevistas vamos compreendendo a Extensão Universitária como um histórico lugar de debates na Universidade no que tange à sua valorização, função, legitimação e capacidade de produzir e sistematizar conhecimentos. Nesse ínterim fortes críticas surgem à visão assistencialista⁸ da Extensão Universitária, com a compreensão de que assim mantêm-se as pessoas no estado que estão. É preciso desconstruir esse

⁸ A concepção assistencialista é uma das bases históricas da Extensão Universitária, que visava estender o conhecimento produzido na universidade às comunidades apenas como transmissão, sem diálogo e trocas. Prestam assistência a membros carentes ou necessitados de uma comunidade, em detrimento de políticas e ações de emancipação e empoderamento que os tire da condição de carentes e necessitados.

entendimento, para que se possa compreendê-la efetivamente como práxis impulsionadora de protagonismos e ações transformadoras. Apesar de todas as/os colaboradoras e colaboradores tratarem longamente dessa hierarquia ensino/pesquisa/extensão e demonstrarem um inconformismo com o lugar relegado da Extensão na vida acadêmica, a narrativa indicou que, também, por vezes podem repetir essa dicotomia, ainda que busquem superar essa hierarquização nas suas falas. Entendemos que tal contradição refere-se à coexistência de concepções históricas e políticas de Extensão, dada à força ideológica da concepção hegemônica das dicotomias e hierarquias do conhecimento e práticas, como reflete Ramon:

Então, o quê que é extensão? A gente foi entendendo qual é o papel da Universidade. É produzir conhecimento. Esse conhecimento, é o conhecimento científico, tecnológico, artístico, filosófico, as vezes religioso, reproduz-lo, tornar acessível de múltiplas formas. O ensino de graduação é a maneira mais usual, só que, nós professores, a gente não torna acessível aos estudantes, são poucos estudantes que vão ter acesso ao conhecimento de ponta, porque a estrutura curricular não permite isso, o ensino de graduação não é a única forma acessar o conhecimento, existem alternativas (Ramon).

A constante busca pelo entendimento do que venha a ser, de fato, a Extensão Universitária, corrobora a perspectiva de que a conceituação da mesma varia por conjunturas não só históricas, mas também sociais, econômicas, ideológicas e epistemológicas. O que percebemos é que são muitas e múltiplas as experiências extensionistas. Algumas que se aproximam e outras que se distanciam, seja por concepções, metodologias e/ou participantes. De modo geral, entende-se Extensão Universitária como possibilidade de levar o conhecimento construído na Universidade para fora de seu espaço. Num mesmo espaço universitário, as concepções de Extensão são múltiplas, como também múltiplas são suas práticas.

C - A Prática Social Extensionista e os Processos Educativos que dela emergem

Para discutir esta categoria, trazemos à tona três elementos centrais e complementares entre si. O primeiro é a Extensão Universitária como Prática Social. Aliados a ela temos os processos educativos que emergem desta prática social à luz da Educação Popular, e, juntamente com ambas, temos a experiência destes processos como práxis formativa. Assim, a construção desta categoria foi feita com base nas falas das(os) colaboradoras(es) que tratam especificamente dos processos educativos emergentes de suas práxis, entendidas neste estudo como Prática Social (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Na compreensão das ações extensionistas como práticas sociais, exemplificam processos educativos como os da comunicação estabelecida entre pessoas e ambientes diversos, e a possibilidade de troca de conhecimentos tanto ao longo das ações, quanto em eventos científicos de divulgação e discussão dos projetos. Também, como processos educativos, destacam-se o aprendizado na coletividade e a construção compartilhada. Destacam que são muitas aprendizagens nesse processo, como aprender a lidar com questões burocráticas

públicas, autogestão, interação, tensões e conflitos entre diferentes ideias e compreendendo alguns elementos como diálogo, interação, organização, trabalho em grupo e autogestão como processos educativos.

As colaboradoras e os colaboradores vão marcando em suas falas a questão da integralidade entre ensino, pesquisa e extensão quando a ação leva à teoria e a teoria leva à ação. Entendem a Práxis como construtora de conhecimentos. Entre o saber e o saber fazer em sua formação, Ramon fala sobre técnicas e teorias nos trabalhos que desenvolvia na universidade e da proposta de unir funcionários e estudantes para trabalho em conjunto nas comunidades, via projeto de Extensão, entendendo a equipe diversa e multidisciplinar como potencializadora das ações e processos educativos. Como nos conta Léo:

A experiência para nós é a base de todo conhecimento, significa que todo mundo tem de saber, e que para a gente aprender vai ter que viver as coisas. Às vezes, o menino fica na universidade muito tempo estudando e pensando nas favelas e nunca pisou numa favela. E quando ele pisa na favela todo aquele conhecimento que ele tem não serve para nada, ele tem que reaprender os códigos na vivência (Léo).

Quanto à Extensão como Práxis⁹ formativa e formadora, falam das constantes tentativas em aliar teoria e prática nas ações e reflexões extensionistas, entendendo-a como construtora de processos educativos e experiências de formação crítica dos envolvidos frente às questões e aos desafios que surgem através de demandas cotidianas. Ressaltam a extensão como espaço de ressignificação teórica e formativa, como possibilidade de professores, estudantes e membros da comunidade acadêmica e externa trocarem e produzirem saberes no cotidiano, reforça Sara:

O retorno que a gente tem recebido dos nossos próprios alunos, do quanto fortalece a formação para a prática, também do ponto de vista de mobilizar o aluno a procurar referenciais teóricos que possam sustentar aquela prática, que possam referendar a prática. Acho que forma um ciclo de como é que a gente problematiza as questões que já estão postas, mas também como que a gente alia através da teoria e da prática e problematiza, dando movimento para essa produção de conhecimento (Sara).

Nesta perspectiva, os projetos de Extensão em pauta se orientam na busca de que a população parceira torne-se protagonista do trabalho, construtora de seu próprio bem viver, construindo legitimamente seus modos de produzir conhecimento. Seguem também na busca de que não reduza a crítica pela crítica, privilegiando a reconstrução de modos de pensar e fazer, numa perspectiva horizontal. Segundo Dussel (1997), a vontade de viver é como impulso humano necessário, tendo na denúncia a essência da rebeldia e do anúncio a dias

⁹ Ao nos referimos à *práxis*, queremos reforçá-la como forma de pensar a relação teórica e prática acadêmica, levando à compreensão das condições de produção e à ação do conhecimento. Assim, ela é uma atividade real e subjetiva, fundada na relação com o mundo, com fins de transformação por meio da produção de pensamento/ação (VÁZQUEZ, 1977).

possíveis, que apresentem o futuro como possibilidade para o novo e ameaça ao dominante, que se pretende eterno.

Ao agregarem valor à experiência em Extensão Universitária como produtora de conhecimentos, os colaboradores e colaboradoras colocam como campo de produção de outros tipos de formas de conhecer, o que permite questionar as visões hegemônicas de ciência, as quais, como analisa Boaventura Sousa Santos (2010), desperdiçam os saberes da experiência ao colocá-la a margem da Ciência. Os/as colaboradores/as destacam a prática extensionista como possibilidade de inserção na realidade, pois permite construções acadêmicas que possam dar espaço a outros saberes para além dos saberes hegemônicos.

É certo que os saberes e os conhecimentos são formas de poder e que há profundas lacunas no saber legitimado pela universidade, já que este é produzido, muitas vezes, de maneira encastelada e distante do cotidiano das comunidades. Outra forma de dimensionar a relação “conhecimento e poder” apresentada pelo grupo foi a explicação de que a extensão favorece a possibilidade de trazer o público para a Universidade e levar a “Universidade” para as comunidades locais. Diante disso, entendemos a Extensão Universitária como prática social construída coletivamente por grupos engajados em cada uma de suas temáticas específicas e para além dos hegemonicamente dominantes.

D – Educação Popular: Extensão como práxis de (a)gentes de transformação

Como fio condutor deste trabalho, junto à Extensão Universitária, trazemos a Educação Popular como espinha dorsal que percorre todo texto apresentado e que agora trazemos ao diálogo com nossas colaboradoras e nossos colaboradores. Esta categoria foi composta por falas de nossas colaboradoras e nossos colaboradores que aglutinam enfim os (des)encontros dos projetos de Extensão Universitária que coordenam com a Educação Popular. Entendendo esta última como práxis educativa que valoriza saberes do povo e suas realidades, implicando num olhar crítico e transformador.

Ao adentrarmos a questão da Educação Popular, problematizamos o conceito de Popular e seus usos variados. Ao longo das problematizações precisamos lembrar que Popular é um adjetivo ao qual cabe significados diferentes. Nossos/as colaboradores/as mostram entender a Educação Popular como abordagem educativa transversal, de formação de diferentes tipos de pessoas, informal ou formal, na Universidade ou não, como determinante para princípios e práticas diversas em intencionalidades e metodologias, e como condicionante de práxis alternativas de educação e trabalho.

Por meio da Educação Popular compreendemos que há outras formas de conhecimento para além do científico. Numa perspectiva contra-hegemônica de compreensão de mundo, esses posicionamentos trazem uma ideia de alternativo, ao tratar de suas temáticas como anticapitalistas na medida em que têm na sua base o questionamento dos padrões condicionados pelo mundo moderno, geográficos, étnicos, territoriais, sexuais, sociais, econômicos, culturais e epistemológicos. Segundo Brandão e Assunção (2009), o trabalho com a Educação Popular é um trabalho em nome de ou a partir da construção social de outras formas de sentir e perceber o mundo, lançando-se ativa e criticamente sobre ele como forma de transformá-lo, ou seja, vem para superar, e reflete Fred:

Tem alguns termos que eu acho imprescindíveis para uma educação ser popular, a primeira é a quebra de hierarquia, se existe a figura do educador que está sentado ali na frente, aquilo que eles chamam de educação bancária, né? [...] Não existe mão única, não existe o professor que ilumina os alunos com seu vasto conhecimento [...]. É uma relação entre iguais, isso é um pressuposto básico, indissociável da educação popular (Fred).

Apoiando-nos em Paulo Freire, a Educação é o que se dá na relação, na vida, no cotidiano, na formação humana que se dá nas relações, na subjetividade, nas culturas e nos sujeitos. Odete nos ajuda, neste íterim, ao analisar o Popular sob a perspectiva de Totalidade e Exterioridade de Dussel, entendendo que Totalidade é a visão de mundo que parte da ideia de que só há um conhecimento sobre o mundo. Logo é possível compreender como Popular aquilo que encontramos na exterioridade. Popular é múltiplo. O povo é o sujeito do poder, é a comunidade política. “No campo político o poder do povo (*potentia*) objetiva-se ou aliena no sistema de instituições políticas produzidas historicamente durante milênios para o exercício de tal poder (*potestas*)” (DUSSEL, 2007, p. 35). E, aliada a Dussel, nos conta Odete:

Dussel traz uma contribuição importante, se você pensar a história da educação popular que é uma perspectiva de América Latina e de colonização do pensamento, que antecede a colonização de terras, primeiro preciso compreender que há um outro, chegar lá e poder fazer uma colonização de terras, não é uma coisa que vem depois. Essa perspectiva que a gente herdou, da colonização, ela absolutiza esse saber. Aí você tem toda uma construção da própria ciência, que constrói o positivismo também e que vai dando essa visão de ciência, do que ele fala. Do “penso, logo existo” para “conquisto, logo existo”, né? Que vai trazendo essa colonização do saber (Odete).

Surgem, pois, movimentos com consciência de suas urgências e exigências. Pelas diferentes reivindicações surge a necessidade de elaboração de uma categoria que agregue a unidade (na diversidade) de todos os movimentos. Povo se torna, assim, categoria política complexa e imprescindível. O povo, como potência, estabelece uma fratura na comunidade política quando se organiza insatisfeito com sua condição, transformando-se em ator coletivo, bloco social com ideal libertador fortalecido por sua vontade de viver, historicamente negada pela vontade de poder do capitalismo vigente.

A presença da Educação Popular na Universidade aparece muitas vezes como um movimento de transgressão por quebrar o monopólio científico ao considerar outros conhecimentos que não só os produzidos na academia. Compreende-a também como transgressão pela superação da hierarquia entre pessoas da Universidade e pessoas das Comunidades, como relata Beatriz:

É um compromisso social, é uma mola propulsora, é uma demanda, um papel social da academia, é uma demanda e um desejo pessoal. Então, não dá para gente fazer qualquer outra ação na academia se a gente não rompe o muro de que a

academia pode ser um castelo. O papel de estar por fora dos muros é que revela o caráter do ser extensionista independente de como a gente vai ser ou não avaliado nesse tripé, então assim, eu me coloco muito mais como professora em sala de aula, muito mais como extensionista e, disso tudo, surge uma educadora que também pesquisa (Beatriz).

As/os colaboradoras/es evocam a ideia de Universidade como instituição múltipla, que varia no espaço e no tempo em suas funções e objetivos. Problematizam sobre a serviço de que(m) está o conhecimento e, conseqüentemente, contra que(m). É função da universidade a adequação ao novo inevitável; reconhecer via Extensão Universitária, outras formas de saber, promovendo o confronto comunicativo entre elas e assumindo-se como espaço de encontro e circularidade de saberes.

O papel e o sentido histórico da Educação Popular são estes, o da resistência e oposição ao *status quo*. Por isso, Brandão e Assunção (2009) a definem como cultura rebelde, que transcende ao tempo e ao espaço de sua luta, a fim de promover a libertação dos sujeitos oprimidos. Desse modo, consideramos a Educação Popular enquanto processo de reconstrução do saber social necessário – a educação da comunidade, e como trabalho político de luta por transformações sociais, democracia e justiça global.

Algumas considerações

Cientes de que esta pesquisa foi construída por muitas vozes, sentidos e histórias, tivemos como resultados elementos que apontam as práxis das (os) coordenadoras (es) de projetos de Extensão Universitária e seus (des)encontros com a Educação Popular, de onde são produzidas narrativas e conhecimentos capazes de perfazerem um referencial próprio dessa experiência, nos trazendo pistas de processos educativos e práxis científicas e educativas.

Diante de todo este cenário a força da Universidade pública brasileira enquanto instituição social, formadora e formativa, ficou marcada explicitamente. Entendemos, nesta pesquisa, que enquanto prática social, a Extensão Universitária pode trabalhar indissociavelmente com o ensino e a pesquisa, fomentando experiências críticas e ricas em encontros e possibilidades de criação coletiva de conhecimentos emancipadores rumo à transformação social, sendo a Universidade um espaço-tempo dessa criação.

Como apontamento em destaque trazemos o impacto direto do envolvimento com a Extensão Universitária na trajetória das (os) colaboradoras (es). Ao nos contarem sobre sua formação profissional e sobre os caminhos de engajamento e trabalho com projetos de Extensão Universitária percebemos elementos como pertencimento, engajamento, coletividade e parceria, que impactaram diretamente nas carreiras das/os entrevistadas/os, estreitando conhecimento e trabalho ao atrelarem suas atividades à práxis com sentido social, sendo este último propulsor de mudanças nas áreas de atuação.

Ao procurarmos compreender a noção das (os) colaboradoras (es) a respeito do conceito de Extensão Universitária, encontramos uma complexidade de definições que variam por conceitos e práticas extensionistas diversas, resultado do processo histórico-social que lhe dá caráter plural e funções múltiplas. As plurais concepções apresentadas apontam para um amplo universo

de possibilidades de conceituação e práxis que envolvem a Extensão Universitária.

Outro apontamento é o da compreensão da Extensão como prática social, e que dela emergem processos educativos como o diálogo, o trabalho em equipe, a horizontalidade e a valorização de saberes diversos. Nas falas das (os) colaboradoras (es) encontramos possibilidades de aprendizagens via práxis extensionista desvelando processos educativos decorrentes desta prática social.

Sobre o encontro da Extensão Universitária com a Educação Popular, este estudo apontou a segunda como práxis educativa que valoriza saberes do povo e suas realidades, implicando no desenvolvimento de um olhar crítico e transformador e possibilitando uma melhor leitura de realidade social, política e econômica. O processo de socialização das informações nos permitiu aprofundar os conhecimentos sobre a temática e corroborou para construção coletiva desta pesquisa.

Quando falamos de produção de conhecimento transformador, não estamos falando de um conhecimento enunciado por um 'discurso' transformador. Falamos do processo realizado por sujeitos sociais com capacidade de construir conhecimento crítico, vinculado aos dilemas de uma prática social concreta (educacional, organizativa ou de promoção social) e aos saberes que ela produz, e que, portanto, desenvolvem – como um componente da própria prática – a capacidade de impulsionar e pensar ações transformadoras. Isto pode ser feito mediante esforços especificamente investigativos, avaliativos ou de sistematização de experiências, na medida em que estas iniciativas se vinculem aos processos e desafios da prática social (JARA; FALKEMBACH, 2013, p.154).

Um dos mais expressivos resultados obtidos foi a experiência de que a Universidade pode promover espaços formativos através das práxis em Extensão Universitária, tendo como princípio aproximações com a Educação Popular. É preciso lembrarmos, constantemente, o papel que tem a Universidade como instância formadora de sujeitos dentro e fora de suas fronteiras, sobretudo no sentido de possibilitar, estimular e proporcionar o compartilhamento de experiências, processos reflexivos e construção de conhecimentos, sem esquecer a necessidade de uma condução ampla e profunda da formação de profissionais para os mais diversos setores da sociedade em geral.

Entendemos que os resultados possibilitam reflexões mais profundas acerca da temática, bem como os sentidos e significados destas experiências em Extensão Universitária na construção epistemológica. "A identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é o resultado do grande avanço no conhecimento que ele propiciou. O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda" (SANTOS, 2009, p. 68).

Das principais lacunas que permanecem, destacamos o aprofundamento do princípio da indissociabilidade, a flexibilização curricular através da práxis extensionista e a Educação Popular como parte da Universidade pública. Para além de estudos ainda mais profundos sobre estas lacunas, levantamos ainda a perspectiva futura de estudarmos sobre as pistas da Educação Popular na Universidade com base na discussão teórica e nas entrevistas aqui realizadas.

Ainda, adentrar mais fortemente sobre a influência da Educação Popular na Extensão Universitária, e das múltiplas formas como ela pode se apresentar e conhecer e aprofundar sobre a origem das Universidades Populares e seus caminhos de fortalecimento e resistência.

Referências

ARAÚJO-OLIVEIRA, S. S.. Exterioridade. O outro como critério. In: OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. R. (orgs.). **Processos Educativos em práticas sociais**. Pesquisas em educação. São Carlos: EduFSCar, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEZERRA, P. Polifonia. In: Brait, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. Rio de Janeiro: Contexto, 2005.

BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura Rebelde** – escritos sobre a educação popular de ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

CASTRO, L. M. C. **A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores**: ainda existem utopias realistas. UFB: Rio de Janeiro, 2004 (tese de doutorado).

CUNHA, A. L. S. **A experiência como prática formativa de estudantes na Extensão Universitária**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Viçosa, março de 2013.

DARON, V. A educação popular e saúde como referencial para nossas práticas na saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão estratégica e Participativa. **II Cadernos de Educação Popular em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde. 2011, p. 123-146.

DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro – a origem do mito da modernidade**. São Paulo: Vozes, 1993.

DUSSEL, E. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. São Paulo: Paulinas, 1997.

DUSSEL, E. **Transmodernidad e interculturalidad (interpretación desde la filosofía de la libertación)**. México City: UAM, 2005.

DUSSEL, E. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2003.

DUSSEL, E. A pedagógica latino-americana (a Antropológica II). In: DUSSEL, E. **Para uma ética da libertação latino americana III: erótica e pedagógica**. São Paulo: Loyola; Piracicaba: UNIMEP, s/d, p.153-281, 2001.

DUSSEL, E. **20 teses de política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FAGUNDES, J. **Universidade e Compromisso Social.** Extensão, limites e perspectivas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 170p. (Tese de Doutorado), 1985.

FIORI, J. L. **Educação e Política.** Textos escolhidos. Volume 2. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

FREIRE, P. Considerações em torno do ato crítico de estudar. In: FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 9-12.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra. 1997.

GURGEL, M. R. **Extensão Universitária:** Comunicação ou Domesticação? São Paulo: Cortez, Universidade Federal do Ceará, 1986.

JARA, O. H.; FALKEMBACH, M. F. Educação Popular e sistematização de experiências. In: STRECK; ESTEBAN, M. T. (orgs). **Educação Popular:** lugar de construção social coletiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

JOSSO, M. C. **Experiências de Vida e Formação.** São Paulo: Cortez, 2004.

MEJÍA, M. R. **Educação e pedagogias críticas a partir do sul:** cartografias da educação popular. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, O. C. N.; GOMES, R. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 9-29.

OLIVEIRA, M. W.; GONÇALVES E SILVA, P. B.; GONÇALVES JUNIOR, L.; MONTRONE, A. V. G.; JOLY, I. Processos educativos em práticas sociais. Reflexões teóricas e metodológicas sobre a pesquisa educacional em espaços sociais. In: OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. R. (orgs.). **Processos Educativos em práticas sociais.** Pesquisas em educação. São Carlos: EduFSCar. 2014.

SANTOS, B. S. **A Universidade do Século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3.ed. Questões da Nossa Época. V.11. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. S. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. V.1. **A crítica da razão indolente** – Contra o desperdício da experiência. 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, B. S. **Pela Mão de Alice** – o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUSA, A. L. **A História da Extensão Universitária.** Campinas: Alínea, 2010.

TUTTMAN, M. T. **Compromisso social da universidade:** olhares da extensão. Rio de Janeiro, 2004.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Contribuições das autoras e do autor

Autora 1: O artigo em questão é parte do desenrolar de sua pesquisa de doutoramento na Universidade Federal de São Carlos, então suas contribuições perpassam todo texto, desde a construção da ideia da pesquisa nas relações entre Universidade, Extensão Universitária e Educação Popular, até todo seu acontecimento enquanto pesquisa documental e bibliográfica; foi também quem realizou as entrevistas que são parte da pesquisa, sendo também uma das pessoas que as analisou e refletiu sobre elas com bases teóricas, para tecer as considerações finais do texto.

Autora 2: Orientadora do trabalho de tese de doutoramento, que deu base para construção do artigo, contribuiu sobretudo na elaboração analítica e teórica da reflexão sobre a Extensão Universitária enquanto construtora de processos educativos emancipatórios em suas relações com a Educação Popular. Bem como passando pela análise da complexidade das definições de Extensão, resultado do processo histórico-social e; indicam a Educação Popular como práxis educativa que legitima saberes do povo.

Autor 3: Contribuiu com a construção do artigo em pontos diversos, sobretudo no que tange a História da Universidade e Extensão Universitária, desenvolveu no texto o que se refere principalmente à Universidade como objeto de estudo e sua relação histórica e indissociável com a Extensão, abordando como a Universidade sendo uma categoria principal de análise se relaciona temporalmente com a Extensão e em quais marcos temporais elas se unem e se complementam. Ainda, contribuiu nos processos de formatação, adequação às normas da ABNT e da tradução do resumo para a língua inglesa.

Enviado em: 29/janeiro/2020 | Aprovado em: 25/maio/2020